

AUDITORIA REVELA FALHAS GROSSEIRAS NOS CONTROLES DA FAFE, QUE GERENCIA VERBAS DO SETOR PÚBLICO

Almir Teixeira
Jornalista

Relatório da empresa de auditoria Boucinhas & Campos revela descontrole nas contas da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da USP, entidade privada que gere verbas milionárias de projetos educacionais do Governo do Estado, da Prefeitura de S. Paulo e de outros órgãos públicos. A diretora administrativa da fundação, professora Anna Maria Pessoa de Carvalho, explica a contratação dos serviços do seu filho: “Gosto muito do trabalho dele”

Quando criada, em 1997, a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da USP (Fafe) ocupava uma pequena sala da Faculdade de Educação, e lidava com projetos que envolviam, no máximo, 10 ou 12 professores. No decorrer dos seis anos em que atuou como “intermediária” entre a USP e diversos órgãos públicos (como a Secretaria Estadual da Educação e a Prefeitura de São Paulo), a Fafe passou a gerenciar projetos envolvendo dezenas de coordenadores e professores — e verbas de milhões de reais.

A obtenção de receitas crescentes permitiu, já em 2001, a aquisição de uma sede para essa fundação privada, na avenida Afrânio Peixoto, perto da Cidade Universitária, com valor estimado em R\$ 600 mil. O ano de 2002 foi próspero para a Fafe, como se pode comprovar pelo balanço financeiro de 31 de dezembro, que acusa receita de R\$ 1,48 milhão, superávit de R\$ 924 mil, e patrimônio líquido de R\$ 2 milhões. Recursos obtidos por meio da cobrança de uma taxa de gestão dos projetos, que varia de 8% a 15% dos totais orçados (**Tabela 1**).

A movimentação de recursos

volumosos, de origem pública, terminou porém por evidenciar a fragilidade da estrutura administrativa da Fafe. É o que revela a leitura do “Relatório Especial de Auditoria Independente Sobre a Revisão Limitada do Balancete de Verificação Levantado em 30 de Junho de 2002”, da empresa de auditoria Boucinhas & Campos,

O exame das contas da Fafe detectou “fraqueza nos controles internos” de projetos como o PEC For Prof, da SEE-SP, orçado em R\$ 6,7 milhões

contratada pela própria fundação. O relatório, ao qual a **Revista Adusp** teve acesso, lista diversas irregularidades apontadas pelos auditores.

Entre as irregularidades detectadas pela Boucinhas & Campos, figuram a ocorrência de diferenças expressivas entre contas patrimoniais, revelando frouxidão inadmissível nos controles contábeis; apropriação, pela Fafe, de valores não aplicados dos projetos gerenciados por ela; contratação de ser-

viços para a reforma da sede sem a devida documentação.

Uma das mais gritantes afirmações do relatório: a de que “a ausência de balanceamento mensal entre as contas contábeis revela, além de uma relevante fraqueza nos controles internos da Fafe, que o gerenciamento dos projetos não vem sendo exercido com toda a extensão requerida”. Tal assertiva é ancorada nas diferenças encontradas entre contas patrimoniais em diversos balanços.

No Projeto 46, contratado pela Secretaria de Estado da Educação, foi encontrada uma diferença de R\$ 181.765, não explicada pela Fundação durante a auditoria. O total das diferenças em 30 de junho de 2002 chegou a R\$ 192.706. A variação, conclui o relatório, “revela que a Fafe não vem procedendo ao efetivo acompanhamento verificado nas movimentações das contas” (Boucinhas & Campos, p. 4 e 15).

O Projeto 46, “Programa Especial para Formação de Professores de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental”, ou “PEC For Prof” como é conhecido, foi contratado em 23 de julho de 2001, entre a Secretaria Estadual da Educação e a Fafe. Seu valor total

é de R\$ 6.727.860, o que o torna o mais vultoso dos projetos gerenciados pela fundação. Suas coordenadoras são as professoras Marieta Nicolau e Myriam Krasilchik.

“Isso nos deu muito trabalho”, admite a professora Anna Maria Pessoa de Carvalho, diretora administrativa da Fafe, ao falar à **Revista Adusp** sobre as diferenças encontradas. “Mas ficamos em cima, saímos do outro contador, que era terceirizado, e contratamos um interno. Enquanto ele não achou a diferença, não descansamos”.

O assessor jurídico Arcênio Rodrigues da Silva, convocado pela diretora, explica o desnível das contas: “A palavra certa não é diferença, mas lançamentos em contas inadequadas dentro do sistema contábil. Quando descobertos, foram feitos lançamentos internos de ajustes, acertando as contas. Em março deste ano, foi feita outra auditoria, que aprovou as contas também, pela Casual Auditores Independentes. Além disso, o Ministério Público Estadual também aprovou o balanço, como em todos os anos anteriores”.

“Nunca houve descontrole algum”, responde a diretora ao repórter. “É que, de repente, nós crescemos tanto num semestre, e quisemos ter uma auditoria para saber como lidar com isso. Estava crescendo o número de projetos. Nossos projetos, ao invés de ser de 10 professores, eram de cento e poucos”.

Os auditores inspecionaram a Fundação em 8 de novembro de 2002 e encontraram talões de cheques guardados em gavetas comuns



Professora Anna Maria Pessoa de Carvalho

Tabela 1- Projetos da Fafe citados por auditores

| Nº do projeto e contratante | Valor em R\$ |
|--------------------------------------|--------------|
| 46 – Estado de São Paulo | 6.727.860 |
| 52 – Prefeitura de São Paulo | 1.713.920 |
| 51 – Prefeitura de Itatiba | 1.003.428 |
| 42 – Instituto de Psicologia (Lacri) | 869.557 |
| 12 – Prefeitura de Jundiá | 328.050 |
| 53 – Prefeitura de Guarulhos | 202.198 |

Fonte: Boucinhas & Campos, 2002

(ao invés de cofres) e cheques em branco assinados, como admite a própria diretora: “De repente, eu ‘tava assinando dez cheques para deixar aí, quer dizer, eu tinha medo, a menina que ficava com isso tinha medo, todo mundo ‘tava assim. Eu cheguei a assinar três talões de cheques. O modelo administrativo não funcionava mais”.

A solução para o problema foi a compra de uma máquina que registra todos os cheques no momento em que são emitidos. “A Fafe não pode parar uma semana porque eu viajo, então eu deixava cheque assinado”, justifica-se a professora Anna Maria. “O auditor achou horrroso! Para este problema,

nós fizemos o registro da chancela mecânica. É uma máquina que registra cada cheque que passa”.

A auditoria também questionou a destinação dos recursos que sobram dos projetos, no item “Necessidade de rediscussão dos procedimentos relacionados com os valores residuais de projetos” (Boucinhas & Campos, p. 6). Isso porque foi identificado, em 30 de junho de 2002, mas oriundo do ano de 2000, “o saldo denominado de ‘Projeto 43-PEC’, nos registros contábeis da Fafe, no valor de R\$ 109.230”.

“Acreditamos tratar-se de um tema merecedor de apreciação”, escrevem os auditores, “pela admi-

Boucintas & Campos | **SOTECONTI**
AUDITORES INDEPENDENTES

Membro do Network International
A Horwath International

São Paulo, 08 de novembro de 2002 (05 de dezembro de 2002, para determinados comentários incluídos no Relatório em razão da reunião realizada com a Diretoria da entidade)

Ilmos. Srs.
Diretores e Administradores
Fundação de Apoio à Faculdade de Educação – FAFE

Reservado

Prezados senhores:

Conforme consensado com V.sas., apresentamos nosso Relatório Especial sobre a Revisão Limitada do balancete da verificação da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação – FAFE (FAFE) levantado em 30 de junho de 2002, sob responsabilidade da Administração da entidade. O balancete de verificação e a correspondente demonstração do resultado do período de 06 meses findo em 30 de junho de 2002, estão apresentados, para fins de identificação, em anexo deste Relatório Especial.

O nosso Relatório Especial está estruturado como segue:

- Módulo I - Breves considerações sobre a entidade e Sumário Executivo abordando aspectos importantes a serem objeto de reflexão por parte da administração da FAFE
- Módulo II - Composições e comentários da Auditoria sobre as principais contas contábeis em 30 de junho de 2002
- Módulo III - Informações sobre os principais Projetos em andamento, sob a responsabilidade da Administração da FAFE, em 30 de junho de 2002

O nosso Relatório Especial, emitido em 12 exemplares (originais), é para uso restrito da Administração da FAFE e não é destinado à circulação em geral. Não nos responsabilizaremos, portanto, por eventuais problemas e questionamentos que vierem a afetar a entidade e sua Administração, como decorrência do uso e/ou circulação do nosso Relatório Especial em desacordo com os objetivos de sua emissão. O encaminhamento do nosso Relatório

A
auditoria questiona
a destinação dos
recursos residuais
dos projetos: “não
nos pareceu
estar claramente
entendido que
os recursos não
aplicados passam
a pertencer à Fafe,
quando do seu
encerramento”

nistração da Fafe, com o advogado que assessora a entidade, pelo fato de que não nos pareceu estar claramente entendido que os recursos não aplicados nos projetos passam a pertencer à Fafe, quando do seu encerramento”.

O chamado “Projeto 43-PEC”

tem origem num acordo entre a Faculdade e a Fafe sobre os valores residuais dos projetos, os quais, explica a diretora, passaram a constituir um fundo, “para necessidades eventuais, como o início de projetos e necessidades traba-

lhistas”, a ser usado pela fundação para diversas finalidades. Porém, no Relatório de Atividades 2002 da Fafe (p.7) o “Projeto 43-PEC” é descrito da seguinte forma: “Acordo de trabalho que visa apoio técnico-administrativo e operacional junto aos projetos de formação continuada de professores”.

“Cada vez que a Fafe precisa do fundo, tem de passar o pedido pelo conselho curador e o CTA tem de aprovar”, acrescenta a professora, sem comentar o questionamento da Boucinhas & Campos quanto à legalidade da apropriação dos valores residuais. O problema do início dos projetos, a que a diretora

se refere, é que tanto as prefeituras contratantes como o Estado só injetam dinheiro nos projetos depois que estes têm início. Assim, para o pagamento inicial de professores e outras despesas, a Fafe precisa de recursos, pois “o governo só paga depois de um mês de trabalho”.

Um dos itens do relatório trata da reforma da sede da Fafe, realizada no primeiro semestre de 2002. Várias irregularidades são apontadas, como o fato de que não há informações “sobre o orçamento global da reforma”. Uma empreiteira foi contratada para executar a obra por R\$ 107 mil. “Não existem evidências na Fafe de que esta contratação foi mediante processo de cotação”, assinalam os auditores (Boucinhas & Campos, p. 7).

Ainda de acordo com o relatório, o contrato de R\$ 6.735 entre a Fafe e a firma Jorge Pessoa de Carvalho, Arquitetura, encarregada do projeto da reforma da sede, não traz o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nem a data de assinatura. O arquiteto Jorge Pessoa de Carvalho é filho da diretora da fundação. “O processo de escolha da firma do Jorge Pessoa de Carvalho foi pessoal, foi muito pessoal”, confessa Anna Maria. “Eu gosto muito do trabalho dele”.

O assessor jurídico da Fafe também defende a contratação: “Uma fundação privada não é obrigada a fazer licitação. Na contratação do Jorge, os honorários que foram acordados são honorários do mercado. Não existe nada superavaliado. Nós informalmente consultamos o mercado e o valor

“FAFE VIABILIZA FORMAÇÃO DE PR DIRETORA DA FACUL

A professora Selma Garrido Pimenta, diretora da Faculdade de Educação da USP, defende a existência e a atuação da Fafe como essencial aos projetos de formação continuada de professores da rede pública.

A professora, que também exerce o cargo de presidenta do conselho curador da fundação (situação de conflito de interesses), destaca, em texto enviado à **Revista Adusp**, que a Congregação da Faculdade de Educação “tem decidido viabilizar a formação de professores”.

Vale dizer, aquele órgão optou por dar apoio político à presença da Fafe, entendida como indispensável ao “complexo e orgânico projeto político de formação do educador”, nas palavras da diretora da Faculdade. A seguir, suas declarações a respeito:

“De longa data a FEUSP vem formando educadores, através de seus cursos de graduação em

Pedagogia e Licenciaturas; estes, em projeto conjunto com as demais faculdades e institutos da USP. Também vem formando mestres e doutores na área da educação, através do seu Programa de Pós-Graduação.

Esses profissionais e pesquisadores da educação têm significativa e expressiva inserção nos sistemas escolares de educação básica, incluindo a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio e do ensino superior, nas atividades de docência, de gestão, de planejamento, de definição de políticas públicas, na formação de crianças, jovens e adultos em suas particularidades e especificidades, e nas atividades educativas que ocorrem no âmbito da sociedade em geral.

Através dos Programas de Formação Contínua de Educadores, tem contribuído especialmente com os sistemas públicos de ensino, envolvendo professores, administradores, coordenadores de instituições

que ele cobra está perfeitamente dentro do mercado”.

O relatório dos auditores revela ainda que, em 2002, a Fafe contava, entre seus recursos, com R\$ 121.847 oriundos da Faculdade e assinalados como “valores repassados, ano a ano, à FEUSP decorrentes de participação (na base de 2,5%) em liberação de recursos de projetos” (Boucinhas & Campos,

p. 4). Por que os valores teriam retornado à fundação, ferindo a Resolução 4543/98 da Reitoria?

A explicação um tanto surpreendente da professora Anna Maria é que os recursos repassados à Faculdade “ficaram meses parados, sem rendimento”. Situação que, somada às dificuldades burocráticas de aplicação dos recursos, teria feito a Faculdade optar por

OFESSORES DA REDE PÚBLICA”, DIZ DADE DE EDUCAÇÃO

escolares e dos próprios sistemas. Sustenta esse complexo e orgânico projeto político de formação do educador seu compromisso com a qualidade do ensino e da educação, requisito essencial ao processo de democratização política, econômica, cultural e social da sociedade brasileira.

Como estender essa educação pública de qualidade aos professores das redes públicas de ensino? Como viabilizar a formação em curso superior de graduação dos professores efetivos dos anos iniciais do ensino fundamental do município de São Paulo e de municípios do interior do Estado de São Paulo, que têm como formação somente o ensino médio? Como possibilitar que esses professores possam melhorar sua formação como uma das condições para melhorar seu trabalho docente nas escolas?

Como a USP, universidade pública, e, em especial, a FEUSP, poderia atender a essa demanda de formar em sua graduação cerca de 4.000 dentre esses professores que já estão atuando junto às crianças das escolas públicas municipais?

“Como garantir que os professores em exercício possam ter assegurado o direito de cursar um ensino superior público de qualidade, sem pagar do próprio bolso cursos particulares?”

Como garantir que os professores em exercício possam ter assegurado seu direito de cursar um ensino superior público de qualidade, sem que precisem

dispor de seus próprios salários para pagar de próprio bolso cursos em instituições particulares nem sempre com garantia de qualidade?

Refletindo sobre essas complexas e delicadas questões, dentre outras, a Congregação da Faculdade de Educação da USP tem analisado e decidido viabilizar a formação de professores. Até o presente momento, a única possibilidade de responder a esse desafio social tem sido através de convênios com as secretarias de Educação, administrados por sua Fundação de Apoio (Fafe).

Assim procedendo, assume o difícil caminho que é o de atuar nas contradições dos sistemas constituídos, como possibilidade de transformação das desigualdades sociais que se refletem nas desigualdades escolares, expressas nas desigualdades de acesso à universidade pública.”

administrá-los por intermédio da própria fundação. A diretora da Faculdade, professora Selma Garrido Pimenta, que também preside o conselho curador da Fafe, confirma que a decisão foi tomada pelo Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da unidade. “Esses recursos não entram no orçamento geral da unidade, onde seriam ‘congelados’ e não pode-

riam ser aplicados”, afirma ela.

A operação foi institucionalizada: transformou-se no Projeto 35 da Fafe, mencionado no Relatório de Atividades 2002 da entidade (p. 6): “Acordo de trabalho firmado com a FEUSP visando promover o desenvolvimento operacional da FEUSP”. Segundo o documento, cabe à direção da unidade a coordenação do “projeto”, iniciado em

julho de 1999. Os auditores, por sua vez, informam que o Projeto 35 “não é suportado por contrato formal entre as partes” (Boucintas & Campos, p. 18).

No demonstrativo da movimentação verificada no Projeto 35, através da conta-corrente 11.235-6 do Banespa, entre 3 de novembro de 1999 e 30 de junho de 2002, constata-se que foram recebidos

Por decisão do CTA da Faculdade, verbas que a Fafe teria de repassar à unidade são agora gerenciadas pela fundação, por meio do chamado “Projeto 35”

recursos da ordem de R\$ 312.303. Foram realizados pagamentos e transferências que totalizam R\$ 309.291, a saber: “recursos transferidos para aplicação financeira”, R\$ 178.500; “aquisição de itens relacionados com informática e conserto de equipamentos”, R\$ 120.916; “pagamentos efetuados a Jorge Pessoa de Carvalho relacionados à reforma de laboratório de Física da FE”, R\$ 4.250; “outros”, R\$ 5.625.

Pela leitura do relatório dos auditores, é possível saber-se o nível de remuneração adicional dos docentes que coordenam alguns dos projetos da Fafe. O Projeto 53, contratado pela Prefeitura de Guarulhos, destinou a cifra de R\$ 2.142 (ou pouco mais de 1% do valor total de R\$ 202 mil) para sua coordenadora, professora Nidia Nacib. Já o Projeto 51, contratado pela Prefeitura de Itatiba, destinou, de janeiro a junho de 2002, a remuneração de R\$ 18.916 (cerca

Tabela 2- Fafe: receitas x repasses à Reitoria

| ANO | Receita (R\$) | Repasso à Reitoria (segundo a Fafe) | Repasso à Reitoria (segundo a Codage) |
|------|---------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| 2001 | 955.443,86 | 159.177 (16,6%) | 60.839 (6,3%) |
| 2002 | 1.480.415,38 | 245.953 (16,61%) | 159.177 (10,7%) |

Fontes: Fafe, Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2002; Codage, Recolhimentos Efetuados a Favor da Reitoria 1998-2003



Funcionários da Fafe na sede própria da entidade

de 1,8% do total de R\$ 1 milhão) para a professora Anna Maria Pessoa de Carvalho, que o coordenou (Boucinhas & Campos, p. 21 e 24). Seu término está previsto para abril de 2004.

No que toca ao Projeto 46, que concentra o maior volume de recursos, dos quais cerca de R\$ 4,7 milhões (do total de R\$ 6,7 milhões) haviam sido liberados para a Fafe até 30 de junho de 2002, o relatório dos auditores não discrimina os valores pagos aos docentes envolvidos, apenas o montante. A rubrica “aplicação de recursos em mão-de-obra: tutores, coordenação, orientação” indica o valor de R\$ 1.782.542 até aquela data (Boucinhas & Campos, p. 16).

A Fafe declara, em suas demonstrações de resultados, repassar 33% de suas receitas para a USP, percentual esse dividido em partes iguais entre a Faculdade e a Reitoria. No entanto, além de parte do repasse à unidade permanecer sob controle da fundação (“Projeto 35”), há significativas diferenças entre os dados da Fafe e os registrados pela Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage), como se pode constatar na **Tabela 2**. Tudo indica, conforme constatação dos auditores (Boucinhas & Campos, p. 17, 20, 25), que a fundação realiza os repasses somente no ano posterior ao da entrada dos recursos.